

24/04/2012

SEGUNDA TURMA

SEGUNDO AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 476.232 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGDO.(A/S)	: ODÉRCIO BONARDI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA TOFFOLI E OUTRO(A/S)

Ementa: SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE SUPORTE ÀS ATIVIDADES ESCOLARES – GSAE. NATUREZA GENÉRICA. EXTENSÃO A INATIVOS. PRECEDENTES.

Agravo regimental a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do ministro Celso de Mello na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 24 de abril de 2012.

Ministro JOAQUIM BARBOSA

Relator

Documento assinado digitalmente

24/04/2012

SEGUNDA TURMA

SEGUNDO AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 476.232 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGDO.(A/S)	: ODÉRCIO BONARDI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA TOFFOLI E OUTRO(A/S)

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR): É este o teor da decisão agravada (fls. 185/186):

“Em face das considerações constantes da petição de fls. 172-182, e com base no art. 557, § 1º, do Código de Processo Civil e no art. 317, § 2º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, reconsidero a decisão de fls. 156/157, tornando-a sem efeito.

Passo ao reexame do agravo de instrumento.

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que inadmitiu recurso extraordinário de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que negou à parte agravante o direito à Gratificação de Suporte às Atividades Escolares-GSAE, instituída pela Lei Complementar 872/2000.

O acórdão recorrido concluiu que a citada gratificação não poderia ser estendida aos servidores inativos, uma vez que se trata de vantagem pro labore faciendo.

Alega a parte agravante que o acórdão impugnado violou a norma do art. 40, § 8º, da Constituição Federal (redação anterior), porquanto a mencionada gratificação teria caráter geral.

Com razão a parte agravante.

De acordo com a jurisprudência desta Corte, a Gratificação de Suporte às Atividades Escolares - GSAE, tem natureza genérica, razão por que deve ser estendida aos servidores inativos. Nesse sentido, confira-se trecho da decisão prolatada no RE 575.899, rel. min. Carlos Britto, DJe 11.11.2008:

AI 476.232 AGR-SEGUNDO / SP

‘2. Da leitura dos autos, observo que o Tribunal de origem negou aos recorrentes - pensionistas de ex-servidores públicos falecidos - a percepção das seguintes vantagens: Gratificação de Assistência e Suporte à Saúde - GASS, instituída pela Lei Complementar paulista nº 871/2000; **Gratificação de Suporte às Atividades Escolares - GSAE, instituída pela Lei Complementar paulista nº 872/2000**; Gratificação por Atividade de Polícia - GAP, instituída pela Lei Complementar paulista nº 873/2000; Gratificação por Trabalho Educacional - GTE, instituída pela Lei Complementar paulista nº 874/2000; Gratificação de Suporte Administrativo - GASA, instituída pela Lei Complementar paulista nº 876/2000 e Gratificação de Suporte à Atividade Penitenciária - GSAP, instituída pela Lei Complementar paulista nº 898/2001. Isso por entender que se trata de vantagens devidas exclusivamente a servidores ativos.

3. Pois bem, os recorrentes apontam violação ao § 8º do artigo 40 da Constituição Federal de 1988.

4. Tenho que o apelo extremo merece acolhida. Isso porque o aresto impugnado destoa da jurisprudência desta Corte.

5. Com efeito, ao examinar casos semelhantes ao presente, também oriundos de São Paulo e com o mesmo objeto, o Supremo Tribunal Federal assentou o caráter genérico das gratificações em comento. Daí a sua extensão aos inativos e pensionistas, por força do § 8º do artigo 40 da Lei Maior.

6. No mesmo sentido: AI 432.584-AgR, da relatoria do ministro Sepúlveda Pertence, AI 505.221-AgR, da relatoria do ministro Cezar Peluso, AI 599.582 da relatoria do ministro Gilmar Mendes e REs 510.576 e 523.022 de minha relatoria.’

AI 476.232 AGR-SEGUNDO / SP

Ainda nesse sentido, confira-se a decisão proferida no AI 582.143-AgR, rel. min. Celso de Mello, DJe 12.04.2010.

Dessa orientação divergiu o acórdão recorrido.

Do exposto, e com base no art. 544, § 3º e § 4º, do Código de Processo Civil, dou provimento ao agravo e o converto em recurso extraordinário, para, nos termos do art. 557, § 1º-A, do referido diploma legal, dar-lhe provimento.

A parte agravada arcará com os ônus da sucumbência.”

Dessa decisão interpõe-se agravo regimental em que se alega, em síntese, que a gratificação em exame tem natureza *pro labore faciendo*, razão por que não seria extensível aos servidores inativos. Sustenta-se, ainda, a aplicabilidade das Súmulas 279 e 280 do STF.

Mantenho a decisão agravada e trago o presente recurso à apreciação da Turma.

É o relatório.

24/04/2012

SEGUNDA TURMA

SEGUNDO AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 476.232 SÃO PAULO

VOTO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR):

Inconsistente o recurso.

Com efeito, nos termos da orientação firmada neste Tribunal, a Gratificação de Assistência e Suporte à Saúde – GASS, a Gratificação de Suporte às Atividades Escolares – GSAE, a Gratificação por Atividade de Polícia – GAP, a Gratificação por Trabalho Educacional - GTE e a Gratificação por Atividade de Suporte Administrativo - GASA têm natureza geral e, portanto, devem ser estendidas aos inativos.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados: RE 668845 (rel. Min. Cármen Lúcia, Dje 22.03.2012); ARE 659201 (rel. Min. Celso de Mello, Dje 26.10.2011); e RE 657857, rel. Min. Ayres Britto, Dje 10.10.2011).

Do exposto, nego provimento ao agravo regimental.



SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

SEGUNDO AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 476.232

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

AGTE.(S) : ESTADO DE SÃO PAULO

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

AGDO.(A/S) : ODÉRCIO BONARDI E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA TOFFOLI E OUTRO(A/S)

Decisão: A Turma, por votação unânime, **negou** provimento ao recurso de agravo, **nos termos** do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. **2ª Turma**, 24.04.2012.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cezar Peluso, Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino.

p/ Fabiane Duarte
Secretária